

VI – Momento de renovação



Ribeiro: aproximação da base e estreitamento de relacionamento com órgãos federais

Segundo semestre de 2010. A sucessão entra em pauta na APEP, com a proximidade do término dos segundos mandatos de Paulo Tolentino, como presidente, e Luiz Gonzaga Marinho Brandão, na 1ª vice-presidência. Os demais membros da diretoria são sondados para encabeçarem a chapa que seria apresentada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) agendada para o fim daquele ano, mas o tempo e a dedicação demandados pelos cargos inibem a efetivação de candidaturas. O impasse é solucionado por meio da renovação dos quadros. Em dezembro, Valeria Bernasconi, diretora-superintendente da PRhospers Previdência Rhodia, e Mário Sérgio de Pina Ribeiro, diretor da Fundação Promon de Seguridade Social (FPPS), se tornam os primeiros dirigentes, desde os fundadores Mário Dias Lopes e Klaus-Wilhelm Lege, a estrear no quadro diretivo da Associação nos postos mais elevados.

A nova diretoria tomou posse em janeiro de 2011 e logo imprimiu a sua marca. Em abril,

começaram a circular os Informativos eletrônicos, que desde então mantêm as Associadas a par das iniciativas da APEP. A agenda interna ganhou dinamismo, com a realização, entre junho e agosto, de eventos sobre educação previdenciária, novas oportunidades de investimento e o cenário internacional da previdência fechada.

A Associação, à época, marcava presença nas principais esferas do setor por intermédio de Paulo Tolentino, no Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e Luiz Gonzaga Marinho Brandão, na Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC). Para garantir ainda mais voz à APEP nas instâncias decisórias, Valeria, Mário e seus colegas reuniram-se com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) com o objetivo de debater formas e fórmulas para a expansão do segmento.

As mudanças no sistema não tardariam. Em setembro de 2011, o CNPC anunciou a criação de três Comissões Temáticas (CTs), compostas por representantes do governo federal e da sociedade civil, para debater e formular mudanças em três frentes: Reorganização societária, retirada de patrocínio, cisão, fusão, incorporação e transferência de gestão; Fomento e novas soluções; e Revisão do arcabouço regulatório. A APEP marcou presença nos grupos por intermédio de Herbert de Souza Andrade, da Fundação Itaúsa Industrial, Marcelo Macêdo Bispo, da Odeprev, Claudia Beatriz Costalonga Cardoso, da Fundação IBM, e Marcelo Neves, então na Mais Vida Previdência, hoje à frente da PreviSiemens.

A presidente da APEP chegou a ser indicada para a CT de Reorganização societária. Valeria, contudo, não pôde participar do grupo de trabalho. Novos desafios e atribuições na PRhospers a levaram a declinar do convite e, além disso, a abrir mão do comando da Associação, no final de 2011. Na sequência, a APEP conhecia seu sexto e atual presidente. A posse de Mário Ribeiro reforçou ainda mais os vínculos da Associação com aquele que é o mais antigo fundo de pensão do setor privado no País. Afinal, como vimos no capítulo inicial, a porta-voz do setor privado na previdência complementar fechada surgiu por iniciativa direta da Fundação Promon e de sua patrocinadora. O novo titular tinha perfeita noção desse legado e dos desafios que teria pela frente.

“A APEP segue como uma importante interlocutora do segmento com as autoridades e um fórum privilegiado de debates dos problemas que afetam as entidades fechadas de previdência complementar. É muito respeitada, mas creio que é possível aumentar a sua influência sobre as entidades ligadas à iniciativa privada, das quais é a legítima representante”, declarou à época este

engenheiro civil graduado pelo Instituto Mauá de Tecnologia com MBA em finanças pela IBMEC Bussiness School.

Definida a prioridade, o presidente tratou de iniciar contatos com dirigentes do setor, dando especial atenção às Associadas. Ribeiro mantém tal rotina até o presente e cuidou ainda de ampliar o leque de ação. Em fevereiro do ano passado, a APEP promoveu sua primeira reunião no Rio de Janeiro. O evento, aberto para dirigentes de entidades ligadas ou não à Associação, serviu de modelo para outras duas iniciativas – uma em São Bernardo do Campo (SP), em agosto de 2013, outra novamente na antiga capital federal, em setembro último –, todas com a participação de José Edson da Cunha Júnior, secretário-adjunto de Políticas de Previdência Complementar. O know-how adquirido na organização desses encontros facilitou a organização, em curto tempo, de um workshop para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), realizado em outubro deste ano. “Além de nos aproximarmos da nossa base – ou seja, os fundos de pensão patrocinados por empresas privadas –, também estreitamos o relacionamento com os principais órgãos federais do setor, a SPPC e a Previc”, destaca o presidente.

“O sistema se baseia num grande tripé formado por patrocinadores, entidades e participantes. Já é chegada a hora de os primeiros ganharem, definitivamente, um assento no CNPC, de alcançarem a representatividade plena”

No primeiro semestre de 2012, a APEP, mantendo uma longa tradição, teve aprovadas pelo Ministério da Previdência Social a indicação de Marcelo Macêdo Bispo, da Odeprev, como representante dos patrocinadores no Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e a recondução de Luiz Gonzaga Marinho Brandão, da Fundação Promon, para a Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC). Bispo, que ingressara no quadro diretivo da Associação no começo daquele ano, desempenharia, ao lado de Herbert de Souza Andrade, da Fundação Itaúsa Industrial, um papel de fundamental importância na Comissão Temática (CT) encarregada pelo CNPC, em setembro de 2011, de debater e formular novas normas para a retirada de patrocínio.

De início, as propostas apresentadas no grupo de trabalho causaram apreensão. O indigesto

cardápio incluía, entre outros itens, a permissão de ingresso de novos participantes após o anúncio da retirada, a contratação compulsória de planos de renda vitalícia e a autorização para a continuidade de planos de benefício definido, os chamados BDs, sem contrapartidas de patrocinadores ou instituidores. “Estão tentando transformar as patrocinadoras nas vilãs do sistema fechado de previdência complementar. Segundo esse script, elas terão de arcar indefinidamente com eventuais desequilíbrios dos planos, mesmo que tenham encerrado as suas contribuições”, comentou Bispo, em maio de 2012.

Negociador calejado, o dirigente conseguiu virar o jogo com calma, paciência e, sobretudo, bons argumentos. Volta e meia, repetia um mantra nas reuniões da Comissão Temática: “Barreiras na saída acabarão se tornando barreiras para a entrada de novas entidades no sistema”. Sua pregação surtiu efeito. Em junho de 2013, o CNPC editava a Resolução 11, substituindo a Resolução 6/88, do antigo Conselho de Previdência Complementar (CPC). O novo texto colocava pingos em todos os “is” da retirada de patrocínio, não dando margens a dúvidas e interpretações, e livrava as patrocinadoras de quaisquer punições. “Marcelo Bispo executou um trabalho magnífico”, destaca Ribeiro. “Ele rapidamente se tornou a principal interface da APEP junto ao governo federal. Não por acaso, foi reconduzido ao CNPC neste ano.”

Consolidado o processo de renovação de seus quadros, iniciado em 2010, a Associação continua a marcar presença nos debates sobre os temas de maior relevância do setor. Participa, atualmente, das quatro Comissões Temáticas criadas pelo CNPC entre novembro de 2013 e fevereiro deste ano, as quais se debruçam, entre outros temas, sobre cisão, fusão, incorporação, transferência de gestão e saldamento de planos, fomento, novos produtos, governança e precificação de ativos e passivos.

Ao completar 25 anos, a APEP continua, enfim, firme na defesa dos interesses dos fundos de pensão ligados ao setor privado e comprometida com o aperfeiçoamento permanente do sistema fechado de previdência complementar. Para melhor exercer tais papéis, passou a empunhar, recentemente, uma nova bandeira: a criação de uma representação exclusiva no CNPC para os patrocinadores de planos, que hoje dividem uma vaga no órgão com os instituidores. “O sistema se baseia num grande tripé formado por patrocinadores, entidades e participantes. Já é chegada a hora de os primeiros ganharem, definitivamente, um assento no Conselho, de alcançarem a representatividade plena”, pondera Ribeiro. “Apresentamos a demanda às autoridades no início do ano, meses antes da nomeação dos novos conselheiros, e seguiremos a bater nesta tecla.”